



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE E METAS
NÚCLEO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO VIRTUAL - NAJV

ATA DE REUNIÃO

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h, no gabinete do Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Veiga Lima, Presidente da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, foi realizada reunião do Subgrupo de Trabalho da Produtividade Criminal, sob a coordenação da Chefe de Gabinete, Sra. Debora Marques Pereira Dib. Estiveram presentes os integrantes do Subgrupo: Débora Marques Pereira Dib; Daniel Kleber Santos de Freitas, Diego de Jesus Braga da Costa, Manrique Motta Maciel Junior e Wendson Abraão Fernandes Diniz. Durante a reunião, foram abordados os seguintes pontos de pauta: 1. Foram apresentados os relatórios estatísticos elaborados pelo Subgrupo, com dados fornecidos pela SETIC, que serão repassados aos magistrados vinculados ao Núcleo de Assessoramento Jurídico Virtual (NAJV) com atuação na área criminal. Destacou-se a importância da segmentação da informação por unidade para embasar ações de enfrentamento à morosidade processual. 2. Debateu-se o estado atual do Guia de Padronização das Varas com Competência Criminal, suas alterações e proposta de simplificação de linguagem, sendo o Desembargador Henrique Veiga Lima atualizado quanto ao andamento da iniciativa. 3. Deliberou-se pela criação de vídeos explicativos complementares ao Guia, com foco na capacitação prática dos servidores das varas criminais, especialmente diante da recente adoção do sistema Projudi. 4. Foi apresentada e aprovada a proposta do Projeto “Projudinho”, que visa à criação de personagem lúdico com identidade visual institucional para promover maior aproximação entre o Judiciário e os jurisdicionados, servindo ainda como instrumento de fomento ao Pacto Nacional pela Linguagem Simples. 5. Foram discutidas estratégias para incremento da pontuação do TJAM no Prêmio CNJ de Qualidade, especialmente nos critérios relacionados à tramitação das ações penais, julgamento de casos de feminicídio, Tribunal do Júri e redução da Taxa de Congestionamento Líquida, reforçando a necessidade de intensificação dos mutirões, atuação técnica do NAJV e implementação de mecanismos de controle dos fluxos processuais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata. Manaus, 06 de junho de 2025.